



**MuDHa**

**Mulheres p'lo**  
**Direito à Habitação**

## **CARTA ABERTA**

**Nós, as mulheres em situação de sem-abrigo, existimos!**

**8 de Março de 2021**

O movimento Mulheres p'lo Direito à Habitação (MuDHa) é uma rede feminista constituída por mulheres diversas, associações e colectivos que lutam pela igualdade de género e por condições habitacionais e de vida dignas. Somos um grupo de apoio mútuo e solidário. Agimos em conjunto e propomos soluções concretas e sistémicas de combate às várias opressões, discriminações e violências que nós, mulheres, vivemos diariamente e ao longo de todas as etapas da vida.

Somos mulheres e somos diversas. Somos as mães das famílias monoparentais que foram sujeitas à violência de um despejo. Somos as que ficámos sem casa, sem os nossos pertences e sem respostas sociais adequadas. Sabemos o que é viver em situações de grave precariedade habitacional que põem em risco a nossa saúde (física e mental), que ameaçam o bem-estar social e o nosso pleno desenvolvimento. Somos as mulheres migrantes. Vivemos situações de sobrelotação onde somos obrigadas a partilhar o mesmo tecto mesmo com quem não queremos estar. Somos as mulheres empurradas para a rua pelas violências doméstica, de género e institucional. Somos as jovens mães que procuram autonomia socioeconómica das suas famílias de origem e as não tão jovens que são obrigadas a regressar a casa dos pais devido à precarização das nossas vidas. Somos as idosas que foram forçadas a sair das suas casas, as que não estão protegidas dos despejos e do aumento das rendas. Somos continuamente ameaçadas pela possibilidade de não renovação dos contratos de arrendamento, e, em último caso, pelo perigo dos despejos.

Os problemas de acesso à habitação interseccionam-se com muitos outros: a discriminação étnico-racial, os conflitos familiares, os baixos salários, os empregos precários e/ou o trabalho informal, a exclusão social, as violências doméstica e de género, entre tantos outros. A pandemia provocada pela COVID-19 agudizou ainda mais estes problemas. As escalas social, económica e espacial das desigualdades acentuaram-se e são hoje mais visíveis, mais violentas e catastróficas, afetando desproporcionalmente a população feminina. Enquanto mulheres e reparigas, somos o grupo mais vulnerabilizado e o rosto da pobreza, precariamente dedicadas à economia dos cuidados. Apesar da escassez de dados actualizados sobre as consequências da crise sanitária no acesso à habitação, sabemos que a casa se tornou no epicentro das várias esferas da vida mas não para toda a gente.

### **Invisibilidade das mulheres em situação de sem-abrigo**

Nós, as mulheres em situação de sem-abrigo, encontramos-nos ainda mais expostas a múltiplas violências, geralmente não consideradas nas escassas respostas existentes. A problemática da exclusão social e das situações de sem-abrigo é frequentemente representada por uma população masculina, isolada e que pernoita no espaço público. A masculinização deste fenómeno está bem patente tanto ao nível da definição e direcção de políticas públicas como ao nível da comunicação social e da ideia comum de pessoa em situação de sem-abrigo.

Confrontamo-nos hoje com um registo crescente de mulheres e de famílias em risco de ou já

em situação efectiva de sem-abrigo. Em 2019, cerca de 20% das 7107 pessoas em situação de sem-abrigo eram do sexo feminino (ENIPSSA\*, 2017-2023). No entanto, estar em *situação de sem-abrigo* é mais do que viver na rua. Consideramos que a actual definição de *pessoa em situação de sem-abrigo* não espelha todas as vivências experienciadas pelas mulheres e pelas famílias que se encontram nestes contextos de vulnerabilidades.

Para nós, mulheres, os receios da exposição à violência vivida nas ruas resulta na procura de outras opções que não sejam a ocupação do espaço público. De forma a garantir a protecção e a segurança pessoal e familiar, procuramos abrigo em locais menos acessíveis e invisíveis. Quando acumulamos o papel de mães e/ou cuidadoras, encontrar um espaço seguro torna-se prioritário. Perante a falta de casa, a ocupação de edifícios vazios ou abandonados revela-se a solução mais imediata; ainda que estes não cumpram as condições mínimas de habitabilidade. Aterrorizadas diariamente pelo peso da possibilidade de retirada das nossas crianças, ocultamos tantas vezes essas situações de sem-abrigo. Ficar sem casa é o fim do caminho para muitas de nós, o culminar de um ciclo de pobreza difícil de quebrar.

Nós, mulheres que vivemos na rua, somos colocadas numa situação mais vulnerabilizada do que os homens, estando sujeitas a abusos e a humilhações constantes. Os albergues existentes excluem respostas sensíveis ao género e são espaços inseguros. A insegurança agrava-se para as que vivemos em contexto de prostituição e/ou consumimos substâncias psicoactivas. Não só enfrentamos sérios problemas de criminalização e de exclusão habitacional como também múltiplas violências por parte de clientes, polícia e vizinhos.

### **Vulnerabilidade habitacional e violência doméstica**

Entre os diferentes factores que influenciam a situação das mulheres em risco, a violência doméstica, tantas vezes invisível, leva a que abandonemos as nossas casas quando tememos pelas nossas vidas. Outras vezes, aguentamos e ficamos, pelas crianças, perante a falta de apoios e de alternativas. Vemo-nos obrigadas a coabitar com o nosso agressor pelo medo e a escassez de soluções adequadas. Nós, as sobreviventes da violência doméstica que só encontramos resposta nas casas abrigo, não nos encaixamos na definição de *sem-abrigo* e somos consideradas população em risco (ENIPSSA, 2021). Assim, as soluções que nos são reservadas são o abandono da nossa residência e da rede de suporte comunitária e a eventual integração em abrigos de emergência. Temos o direito de escolher onde vivemos e como vivemos!

### **Reivindicações**

Reclamamos a urgência de considerar a questão de género nas políticas públicas da habitação em Portugal e a adaptação das respostas institucionais interseccionais para a população em contexto de exclusão habitacional e situação de sem-abrigo. Precisamos de políticas públicas que incluam os cuidados em primeiro lugar. Exigimos espaços seguros, onde todas possamos ser cidadãs plenas e decidir os nossos rumos, alimentar as nossas redes de afectos e contribuir para construção do futuro, individual e coletivo.

Tendo em conta a crise habitacional que vivemos e as nossas especificidades de mulheres em situação de sem-abrigo ou em risco de exclusão habitacional, propomos:

#### **Medidas Gerais**

1 - Aumento urgente e imediato do parque habitacional público, assim como aumento do

\* ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas de Situação de Sem-Abrigo.



orçamento alocado para tal. A habitação pública tem de respeitar a qualidade espacial e material das casas, e a justiça territorial na sua localização e distribuição pelo território nacional. Adequar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) à realidade de precariedade habitacional agudizada pela pandemia da COVID-19;

2 - Reforço de medidas que revertam as lógicas do actual mercado imobiliário português, garantindo o efetivo direito à habitação a toda a população;

3 - Criação de estruturas públicas de acolhimento e integração da população em situação de sem-abrigo, com enfoque na questão de género;

4 - Promoção de políticas públicas que apoiem as famílias monoparentais e/ou as mulheres e as crianças sobreviventes de violência doméstica, tendo em conta as especificidades de cada caso para que as famílias se mantenham unidas;

### **Medidas Específicas**

5 - Alargamento do conceito de pessoa em situação de sem-abrigo, abrangendo diferentes estratégias e vivências com perspectiva de género: quem pernoita em habitações não convencionais e sem condições mínimas de habitabilidade, quem se socorre temporariamente de habitações convencionais de familiares ou amigos/as, quem pernoita em pensões por falta de alternativas adequadas de acomodação e quem permanece em habitações sobrelotadas;

6 - Visibilidade e reconhecimento de que as estratégias de ocupação de imóveis pelas mulheres são uma forma de situação de sem-abrigo (a ENIPSSA 2017-2023 apenas reconhece parcialmente esta situação), sem lugar à sua criminalização;

7 - Alargamento do programa de alojamento urgente Porta de Entrada para sobreviventes de violência doméstica e pessoas que tenham sido despejadas sem alternativa de habitação;

8 - Criação de novas estruturas com equipas interdisciplinares preparadas para prevenir e responder a problemas habitacionais;

9 - Criação de espaços seguros, com privacidade e adaptados às especificidades e necessidades das mulheres, crianças e pessoas LGBTI+ que já estão em situação de sem-abrigo ou em exclusão habitacional;

10 - Disponibilização de mais programas de *Housing First* que se direcionem especificamente para mulheres, crianças e pessoas LGBTI+.

Queremos que se cumpra a Constituição da República Portuguesa que reconhece o direito à habitação enquanto direito humano fundamental. Num momento crucial em que ter casa - acessível, digna e segura - significa proteção e saúde, dizemos que a casa é o elemento básico para a estabilidade das nossas vidas. **Para que nós, mulheres, possamos afirmar-nos como cidadãs plenas!**

**Mulheres p'lo Direito à Habitação (MuDHa)**

**[mulheresdireitohabitacao@gmail.com](mailto:mulheresdireitohabitacao@gmail.com)**